



A FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

Conferência Inaugural proferida na Conferência Nacional sobre o Capital Humano de Angola

Luanda
29 de Agosto de 2025

Maria do Rosário Bragança

RESUMO

Maria do Rosário Bragança¹

A Conferência Nacional sobre o Capital Humano de Angola decorreu em Luanda, nos dias 29 e 30 de Agosto de 2025.

Reconhecendo que o capital humano é essencial para o progresso económico, na Conferência inaugural, intitulada “A Formação do Capital Humano e os Desafios do Desenvolvimento de Angola”, foram apresentados argumentos que justificam a necessidade de um investimento significativo em educação e saúde em Angola, como bases essenciais para o Capital Humano.

O Capital Humano é definido como o conjunto de conhecimentos, habilidades e outras características que permitem aos indivíduos contribuir produtivamente para a sociedade.

A avaliação do Índice de Capital Humano (ICH) de Angola, que reflecte como a educação e a saúde da população angolana influenciam na produtividade, evidenciou que, em 2018, o país ocupou a 147^a posição entre 157 países, com uma pontuação de 0,36, indicando que a produtividade futura, aos 18 anos, das crianças nascidas naquele ano estava 60% abaixo do ideal. Em 2020, o ICH de Angola manteve-se inalterado.

Demonstram-se os principais desafios na formação do Capital Humano, fundamentados não só nos resultados das subcomponentes do ICH, mas também nas baixas taxas líquidas de escolarização nos diferentes níveis de ensino, incluindo a educação pré-escolar, especificamente na Classe da Iniciação, e na inadequação da oferta educativa às necessidades do mercado de trabalho, quer no ensino secundário, quer no ensino superior. A formação excessiva em ciências sociais e a escassez em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico indicam uma necessidade urgente de reorientar a oferta formativa, para alinhá-la às demandas do mercado.

A Conferência destacou, igualmente, a necessidade de um investimento robusto em educação e saúde e a priorização do desenvolvimento da primeira infância, como pilares para o crescimento sustentável e a prosperidade de Angola. A importância do investimento na primeira infância e na educação pré-escolar é enfatizada como uma estratégia de alto retorno, a longo prazo, porquanto garante uma base sólida para a aprendizagem futura e, conseqüentemente, resulta em benefícios económicos e sociais. Foi destacada a necessidade de uma abordagem governamental multisectorial e a colaboração entre governo, sector privado e sociedade civil para melhorar a formação do Capital Humano em Angola.

¹ Ministra de Estado para a Área Social; Professora Catedrática da Universidade Agostinho Neto.

A Formação do Capital Humano e os Desafios do Desenvolvimento de Angola

Saúdo todos os presentes, com elevada honra, mas sobretudo com uma ainda mais elevada responsabilidade por ter a incumbência de, nos próximos minutos, discorrer sobre a Formação do Capital Humano e os Desafios do Desenvolvimento de Angola, perante tão augusta assembleia.

Decidi encarar a preparação desta Conferência como um necessário, embora despretensioso “aperitivo”, desejando que contribua para suscitar eventuais discussões nos diferentes painéis deste magno evento.

Sem falsa modéstia, classifico esta abordagem como despretensiosa, por um lado, face à abrangência multifacetada, e até algo controversa, em alguns círculos, da designação “Capital Humano” e, por outro lado, porque sendo um tema tão profundo a exiguidade de tempo apenas permitirá abordar alguns tópicos.

Sumário

1. Capital Humano
 - a. Conceito
 - b. Medição
2. Angola e os principais desafios do Capital Humano
 - a. Capital humano e os resultados da implementação do primeiro decénio da Agenda 2063 da União Africana
 - b. Aspirações de Angola para o desenvolvimento do Capital Humano
3. Ambiente favorável à formação do Capital Humano
4. Mensagens finais

Iniciarei com algumas considerações preliminares sobre Capital Humano (CH), para o devido alinhamento com os presentes nesta Conferência, incidindo, sobretudo, no conceito e numa das suas possíveis formas de medição.

Na abordagem dos desafios do CH em Angola, farei alusão aos principais resultados que obtivemos no país, face aos objectivos preconizados para o primeiro decénio de implementação da Agenda 2063 da União Africana, no que respeita ao CH, às principais metas previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital

Humano 2023-2037², que será o tema do primeiro painel, com realce para o ambiente em que estes desafios se desenvolvem, incluindo o que deve ser favorável à formação do CH. Concluirei com algumas mensagens finais.

Notas Introdutórias

O reconhecimento da importância do investimento nas pessoas, para que estas se constituam num verdadeiro contributo para o progresso da economia, é anterior ao século XIX.

No entanto, foi no século XX, no auge do processo de globalização, que a educação foi colocada sob a pressão das forças do mercado e encapsulada com um propósito económico, devido à adopção de políticas orientadas por ideais neoliberais e por princípios económicos neoclássicos, daí emergindo importantes discussões que não cabem neste espaço. A marca dos ideais neoliberais na educação, conduzidos pelas forças da globalização, define que “os sistemas de educação saem da esfera do monopólio do Estado para o mercado, e tentam reordenar e conceber o conteúdo da aprendizagem e as trajetórias académicas de acordo com as necessidades do mercado, usando a associada Teoria do Capital Humano” [1].

Em 1961, Theodore Schultz (Prémio Nobel de Economia - 1979 com William Arthur Lewis) demonstrou que o desenvolvimento do sector da educação, tendo como o seu foco central o CH, contribuía, directamente, para o crescimento económico, através do aumento das habilidades e das capacidades de produção da força de trabalho. (Schultz) [2]. (Figura 1)

² Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2027 (ACH 2023-2037), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 122/24, de 4 de Junho.

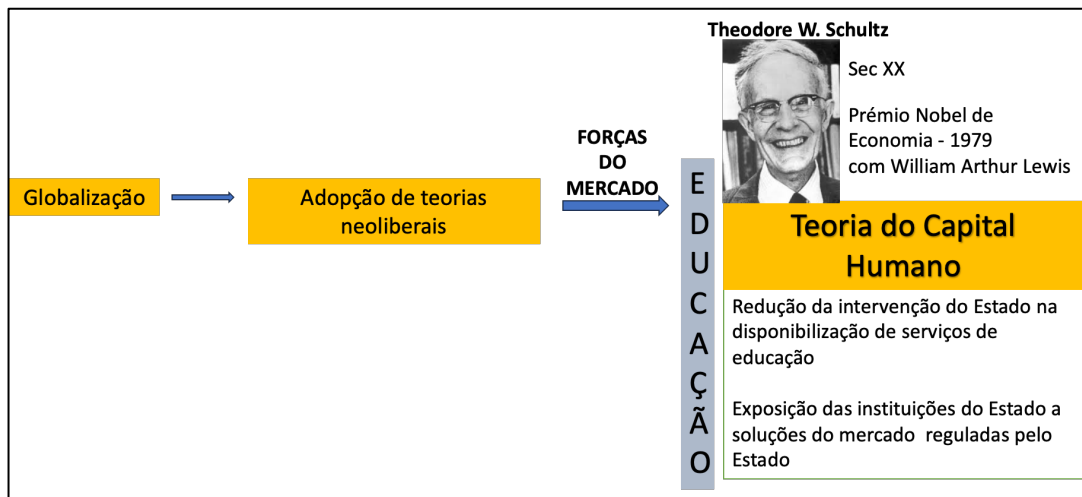


Figura 1. A origem da Teoria do Capital Humano.

Conceito de Capital Humano

O CH é entendido como o processo de transformação dos indivíduos em capital ou em activos intangíveis, visto que a maioria das empresas depende da capacidade humana para inovar, desenvolver marcas e adaptar-se às mudanças do mercado, visando o seu crescimento [3].

Em suma, o CH pode ser amplamente definido como o conjunto de conhecimentos, habilidades e outras características incorporadas nas pessoas que as capacitam a realizar o seu potencial como membros produtivos da sociedade [4].

Escalpelizando um pouco o conceito de CH, devemos considerar nele várias dimensões, com destaque para: habilidades técnicas, habilidades interpessoais, capital intelectual, conhecimento institucional e capital organizacional, entre outras [5].

Habilidades técnicas: capacidades necessárias para realizar tarefas específicas relacionadas com uma determinada profissão ou sector. Por exemplo, as habilidades técnicas de um engenheiro de *software* podem incluir linguagens de programação, ferramentas de desenvolvimento de *software* e gestão de banco de dados.

Habilidades interpessoais (*soft skills*): permitem que os indivíduos se comuniquem de forma eficaz e trabalhem em colaboração. Exemplos: comunicação, colaboração, resolução de problemas, pensamento crítico, trabalho em equipe, liderança.

Capital intelectual: inclui o conhecimento e a experiência que um indivíduo traz para o seu local de trabalho ou sector. Abrange tanto a educação formal, quanto a

experiência prática e contribui para a vantagem competitiva e o valor das organizações.

Conhecimento institucional: refere-se ao conhecimento específico que um indivíduo possui sobre uma determinada organização, incluindo a cultura, a história, as políticas e os procedimentos. Esse conhecimento geralmente é adquirido com vários anos de experiência de trabalho na organização.

Capital organizacional: inclui os sistemas, processos e estruturas que permitem que uma organização funcione de forma eficaz. Exemplos: infraestrutura tecnológica, sistemas de gestão e protocolos de comunicação da organização. (Figura 2)

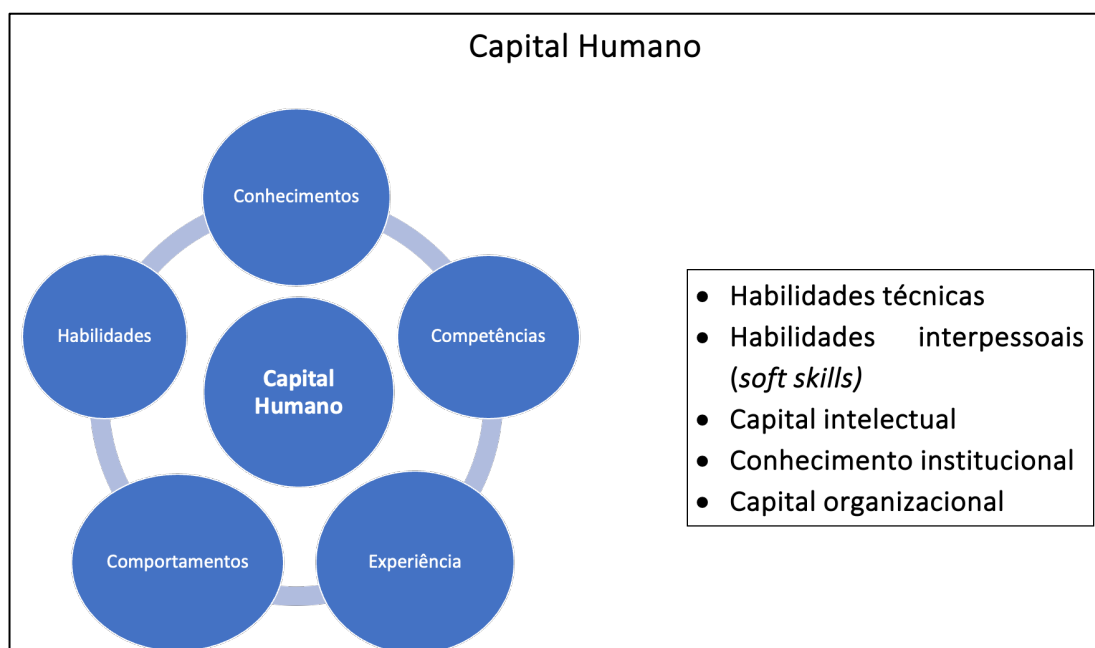


Figura 2. Conceito de capital humano.

Em última instância, é claramente aceite que a educação tem uma importância significativa no crescimento económico de uma nação. A ideia de que a educação representa investimento no CH é muito mais do que uma simples analogia com o capital físico: implica que é possível medir os retornos do investimento na educação e aplicar análises de custo-benefício a decisões sobre a despesa com a educação, da mesma forma que as taxas de retorno são usadas para analisar a rentabilidade do investimento no capital físico convencional.

A Teoria do Capital Humano é uma abordagem útil da educação, porque se foca no desenvolvimento integral das pessoas e na sua capacidade para serem economicamente independentes, por recurso a habilidades especiais e a salários mais

altos. A palavra integral foi colocada propositadamente para não nos focarmos exclusivamente na vertente produtiva do CH, devendo também ser incorporados os princípios e os valores.

Importa destacar que esse capital tem de ser aplicado a diferentes contextos, isto é, um profissional tem de adaptar (transferir) as suas competências para desempenhar novas funções ou actuar em novos ambientes de trabalho. Esta capacidade está muito associada ao desenvolvimento das *soft-skills* (habilidades interpessoais).

Por outro lado, o CH não pode estagnar, requerendo um processo de aprendizagem contínua ao longo da vida, seja de forma voluntária e auto-didacta, seja recorrendo a oportunidades estruturadas e institucionais de formação contínua. (Figura 3).

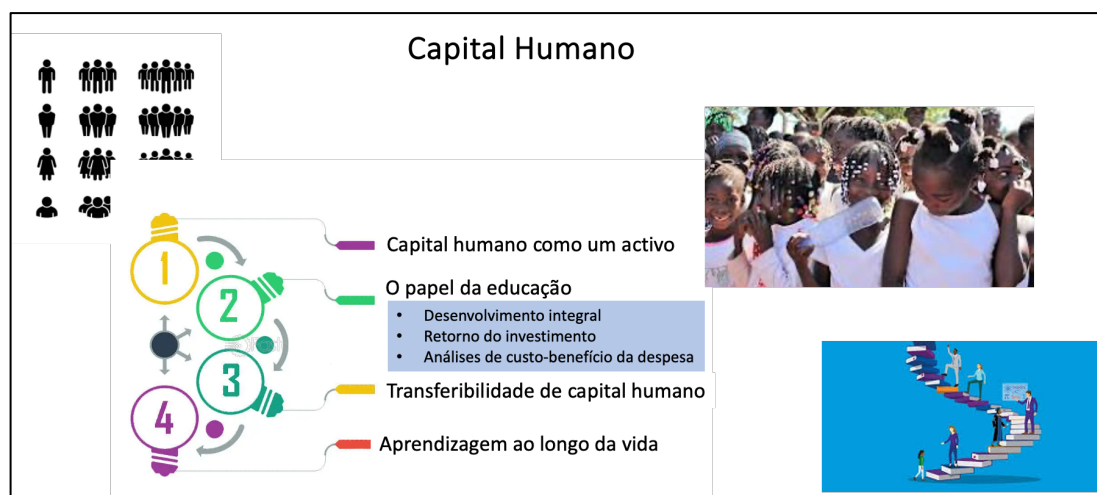


Figura 3. Educação, capital humano, transferibilidade e aprendizagem ao longo da vida.³

Medição do Capital Humano

Existem várias medidas para o CH, mas a melhor forma de o medir não é consensual entre os economistas.

O Índice de Capital Humano (ICH) é uma dessas medidas que foi construída, em 2018, pelo Banco Mundial, como parte do Projecto do Capital Humano⁴, medindo, para cada país, a quantidade de capital em conhecimento, habilidades e saúde que uma criança nascida no presente pode esperar ao atingir os 18 anos. O ICH foi

³ Adaptado de <https://fastercapital.com/content/Human-capital--Theodore-W--Schultz--Unleashing-the-Power-of-Human-Capital.html>

⁴ <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital>

publicado, pela primeira vez, como parte do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, do Banco Mundial, e os últimos dados globais disponíveis são os de 2020. [6].

Nesse índice, os indicadores colhidos são relativos a educação e saúde no presente e os seus resultados evidenciam o potencial de produtividade da próxima geração de trabalhadores no país; dito de outra forma, esse índice avalia o papel da educação e da saúde na produtividade da força de trabalho.

O ICH é expresso numa escala que varia entre 0 e 1 e considera três componentes relativos a saúde e educação, nomeadamente: (Figura 4)

- Taxa de mortalidade em menores de cinco anos (sobrevivência - indica a probabilidade de uma criança sobreviver até aos 5 anos de idade);
- Taxa de crianças menores de 5 anos com atraso de crescimento
- Anos escolares ajustados à aprendizagem - combina a educação que uma criança pode esperar ter aos 18 anos com a qualidade dessa educação (considerando que as crianças em alguns países aprendem muito menos do que as crianças em outros em um período semelhante)
- Taxa de mortalidade dos 15-60 anos

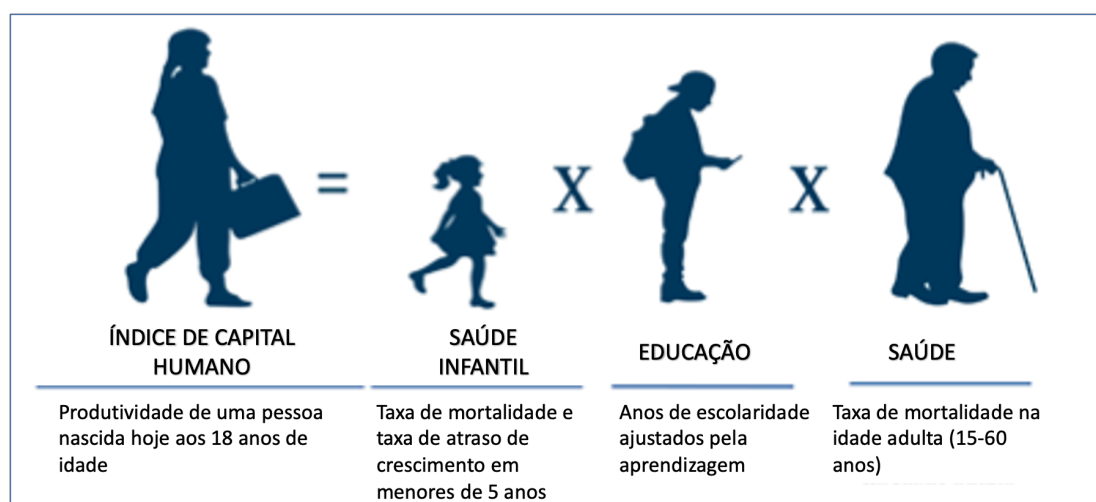


Figura 4. Componentes do Índice de Capital Humano.⁵

Uma pontuação de 1 significa que no país há: saúde plena, isto é, os menores de cinco anos e os de idade entre 15 e 60 anos têm uma taxa de sobrevivência de 100% e não há

⁵ Adaptado de <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brasil-relatorio-de-capital-humano-investindo-nas-pessoas>

atraso de crescimento em menores de cinco anos; educação plena, isto é, todos têm 14 anos de escolaridade de alta qualidade até aos 18 anos.

Uma pontuação de 0,70, por exemplo, indica que a produtividade futura de uma criança nascida hoje está 30% abaixo dos níveis máximos de saúde e educação do índice.

A propósito de anos de escolaridade, convém recordar que a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei 17/16, de 10 de Outubro, republicada pela Lei 32/20, de 12 de Agosto) dispõe (artigo 12º) que “a obrigatoriedade da educação abrange a Classe da Iniciação, o Ensino Primário e o I Ciclo do Ensino Secundário”, isto é, 10 anos de escolaridade, incluindo a 9ª classe.

Angola e os Principais Desafios do Capital Humano

Capital Humano e os resultados da implementação do primeiro decénio da Agenda 2063 da União Africana

Na Agenda 2063 da União Africana, no quadro da 1ª Aspiração, “... o desenvolvimento do capital humano e social - através da educação e revolução das competências, realçando a ciência e a tecnologia - e a expansão do acesso aos serviços de cuidados de saúde de qualidade, particularmente para as mulheres e meninas...”, constituem prioridades inequívocas para os desígnios do desenvolvimento sustentável e da prosperidade de África [7].

Entre as expectativas para o primeiro decénio de implementação da Agenda 2063 (2013-2022), no domínio da educação e ensino, destaco:

- Aumento da frequência escolar na primeira infância
- Implementação obrigatória do ensino de nível secundário, disponível a todos com realce nas disciplinas de ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas (STEM)
- Aumento da frequência nos cursos de formação técnica ou profissional, priorizando sete de dez estudantes do ensino secundário que não ingressam no ensino superior
- Maior acesso ao ensino superior, inclusive com recurso ao ensino virtual

Em Angola, no primeiro decénio de implementação da Agenda 2063 da UA (2013-2022) vigoraram o Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017 e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 e, de 2013-2020, o Plano Nacional de Formação de Quadros. (Figura 5)

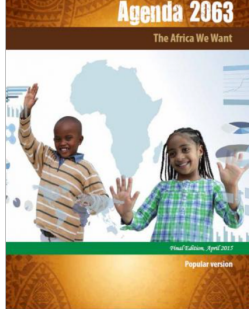
Implementação Primeiro decénio – 2013/2022	Plano de Desenvolvimento Nacional 2013-2017 Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 Plano Nacional de Formação de Quadros
	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a frequência escolar na primeira infância• Implementar a obrigatoriedade do ensino de nível secundário e disponível a todos com realce nas disciplinas STEM• Aumentar a frequência nos cursos de formação técnica ou profissional; 7 de 10 estudantes do ensino secundário que não ingressam para o ensino superior• Providenciar um maior acesso ao ensino superior, inclusive com recurso ao ensino virtual

Figura 5. Principais expectativas do primeiro decénio de implementação da Agenda 2063 da União Africana relativas ao capital humano.

Antes de mais, debruçar-me-ei sobre o ICH de Angola que, no fundo, reflecte os resultados das acções desenvolvidas.

Tal como referi, a 1ª edição do ICH refere-se a dados de 2018, publicados no Relatório do Banco Mundial de 2019 sobre Desenvolvimento Humano. Nessa publicação, reconhece-se que o ICH tem limitações, com espaço para melhoria e expansão em versões subsequentes, como, aliás, ocorre em todos os exercícios de *benchmarking* entre países.

Em 2018, entre 157 países, Angola ocupou a posição 147 com uma pontuação de 0,36, tendo atrás os seguintes países com as dez piores pontuações, pela seguinte ordem: Moçambique, Costa do Marfim, Mauritânia, Serra Leoa, Nigéria, Libéria, Mali, Níger, Sudão do Sul e o Chade, que é o último, com o pior índice (0,29) [6]. (Figura 6)

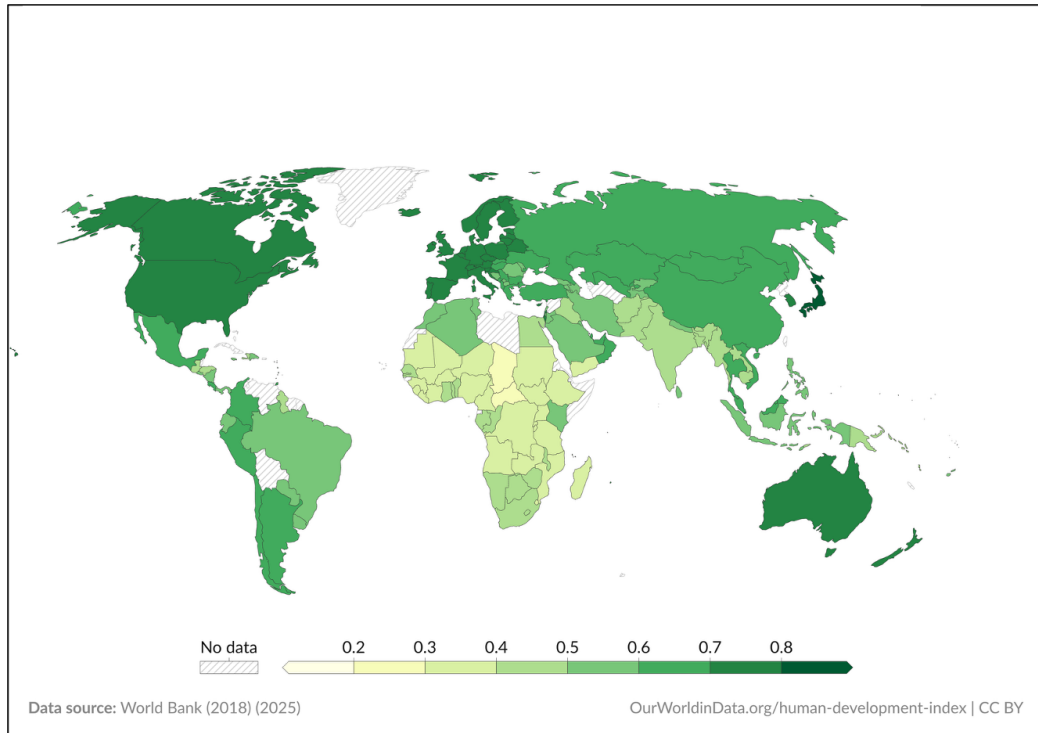


Figura 6. Angola e o Índice do Capital Humano em 2018.

O ICH de 0,36 significa que a produtividade futura de uma criança nascida em Angola, em 2018, estava cerca de 60% abaixo dos níveis máximos de saúde e de educação do índice.

A figura abaixo evidencia o ICH, em 2018, em função da classificação do país por nível de renda, sendo clara a relação positiva entre ICH e nível de renda [8]. (Figura 7)

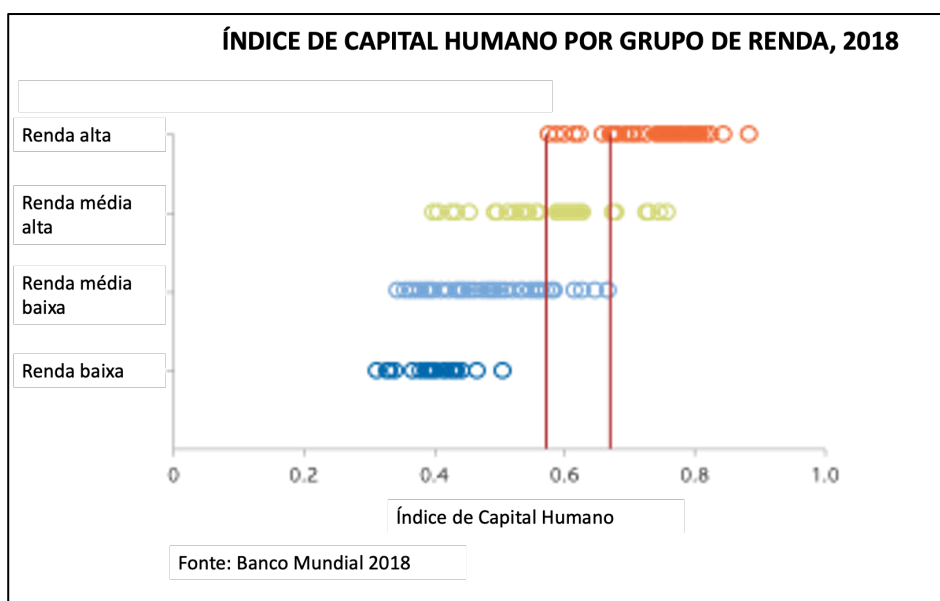


Figura 7. Índice de Capital Humano e nível de renda dos países.

O gráfico de dispersão (Figura 8) permite visualizar a posição relativa dos diferentes países no que respeita ao ICH, aplicando o logaritmo ao PIB per capita, ajustado pela Paridade do Poder de Compra; destaco a posição de Angola, comparando com a do Chade (o ICH mais baixo, 0,29) e com a da Singapura (o ICH mais alto, 0,88) [9].

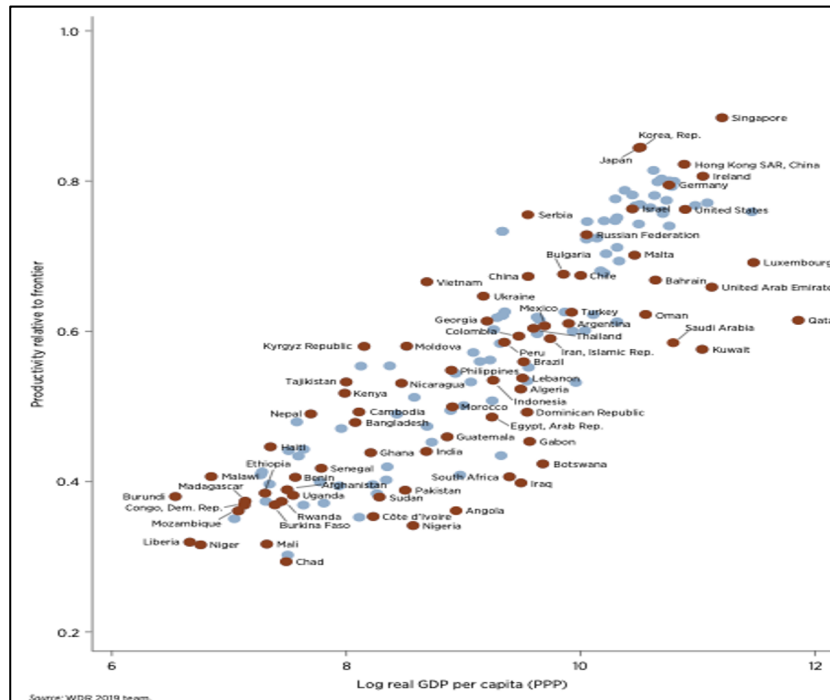


Figura 8. Posição relativa dos diferentes países no que respeita ao ICH, aplicando o logaritmo ao PIB per capita, ajustado pela Paridade do Poder de Compra.

Em 2020, o ICH de Angola não se alterou (0,36), mantendo-se abaixo da média da região da África Subsaariana que foi 0,40 [10]. (Figura 9)

País	Limite inferior	Limite superior
Central African Republic	0.26	0.32
Chad	0.28	0.32
South Sudan	0.27	0.33
Niger	0.29	0.33
Mali	0.31	0.33
Liberia	0.30	0.33
Nigeria	0.33	0.38
Mozambique	0.34	0.38
Angola	0.33	0.39
Congo, Dem. Rep.	0.34	0.38
Guinea	0.35	0.39
Eswatini	0.35	0.39
Yemen, Rep.	0.35	0.39
Sudan	0.36	0.39
Rwanda	0.36	0.39
Côte d'Ivoire	0.36	0.40
Mauritania	0.35	0.41
Ethiopia	0.37	0.39
Burkina Faso	0.36	0.40
Uganda	0.37	0.40
Burundi	0.36	0.41
Tanzania	0.38	0.40
Madagascar	0.37	0.41

Médias, por região do Banco Mundial

África Subsaariana – 0.40

Sul da Ásia – 0.48

América Latina e Caribe – 0.56

Médio Oriente e África do Norte – 0.57

Leste da Ásia e Pacífico – 0.59

Europa e Ásia Central – 0.69

América do Norte – 0.75

Figura 9. Angola e o Índice de Capital Humano em 2020.

Na figura abaixo está representado o desdobramento do ICH de Angola, em 2020, em subcomponentes, em que a elipse azul representa o valor de Angola, a amarela a média da África subsaariana e a lilás a dos países de renda média baixa, estando à direita os valores mais altos e à esquerda os mais baixos [11]. (Figura 10)

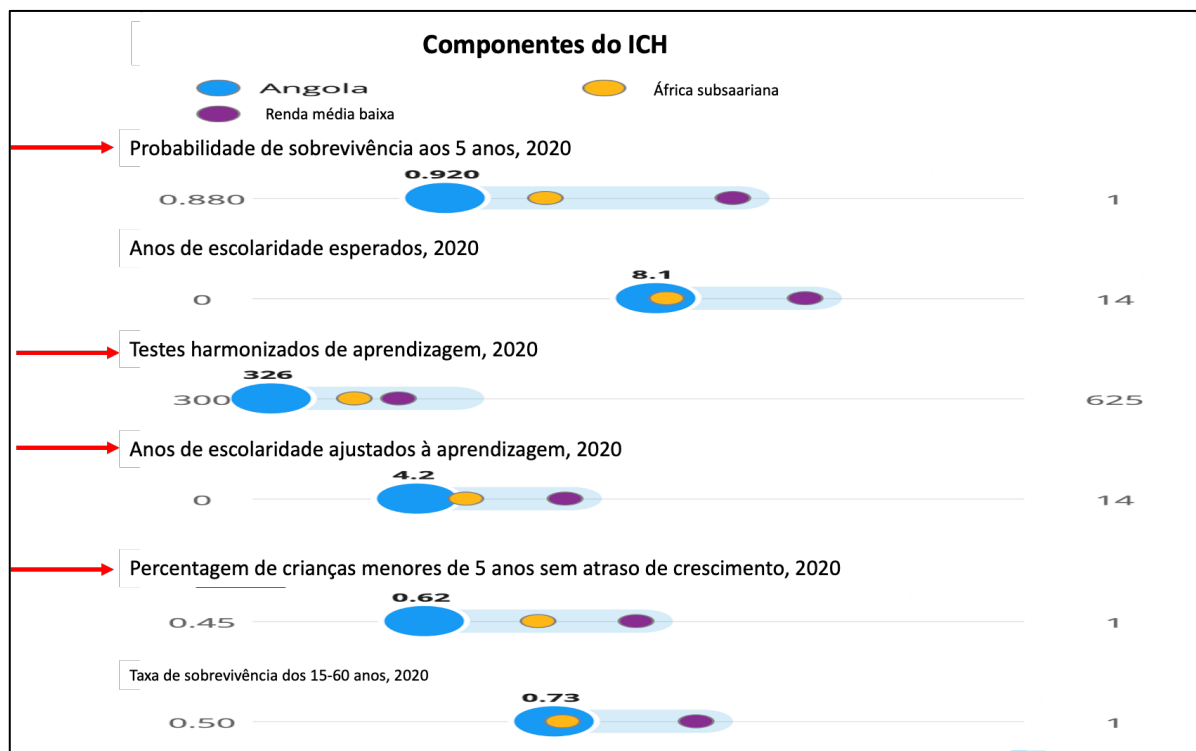


Figura 10. As subcomponentes do Índice de Capital Humano de Angola em 2020.

Observa-se que as subcomponentes que apresentaram resultados menos positivos, quando comparados aos da média da África Subsaariana e dos países de renda média baixa, cuja superação são essenciais para o desenvolvimento do capital humano, foram as seguintes:

- Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (mortes por mil nados vivos)
- Resultados de testes harmonizados - mede o desempenho educacional e dá uma percepção sobre o processo de ensino-aprendizagem, procurando identificar em que medida o nível de conhecimentos e de habilidades está alinhado com os objectivos de aprendizagem
- Anos de escolaridade ajustados à aprendizagem - avalia o nível de escolaridade de um indivíduo em relação ao tempo que ele deveria ter passado na educação formal, considerando factores como repetências ou interrupções nos estudos;

considera não apenas a quantidade de anos de escolaridade, mas também a qualidade da aprendizagem recebida.

- Taxa de atraso de crescimento de crianças até aos 5 anos

Na figura abaixo, observa-se a redução da mortalidade em menores de 5 anos, por mil nados-vivos, em Angola, para além de outras taxas de mortalidade, de 2015 a 2024, com base em inquéritos de indicadores múltiplos de saúde, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística [12]. (Figura 11)

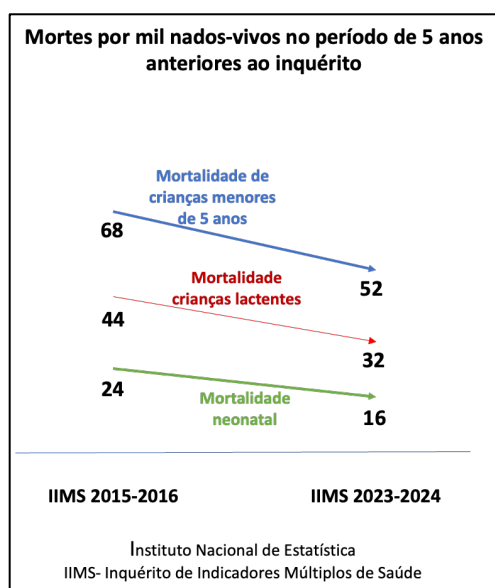


Figura 11. Mortes por mil nados-vivos em Angola, com base nos resultados dos Inquéritos de Indicadores Múltiplos de Saúde de 2015-2016 e de 2023-2024.

Demonstrados os valores do ICH para Angola e as subcomponentes mais desafiantes, procurarei, de seguida, ilustrar essa evidência com alguns dados sobre frequência escolar e relevância da oferta formativa para os desígnios do crescimento económico, considerando os domínios STEM (ciências, engenharias, tecnologias e matemática), no âmbito das principais expectativas com a implementação do primeiro decénio da Agenda 2063.

As fontes dos dados que se apresentam são o Ministério da Educação e o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, por via dos seus respectivos anuários estatísticos ou Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatística e os gráficos das figuras 12 e 13 foram produzidos com base nos dados fornecidos.

Em relação à frequência escolar, utilizarei a taxa líquida de escolarização (e não a bruta), uma vez que esta é a mais adequada para o ICH, reflectindo a proporção de alunos com idade para frequentar um certo nível de ensino, matriculados nesse nível de ensino, em relação ao total da população da mesma faixa etária. Os resultados expressam valores globais para todo o país, não discriminando zona urbana e rural.

Sobre a classe da iniciação, os dados disponíveis de 2020/2021 não se referem à taxa líquida de escolarização. Nesse ano lectivo, os alunos da Classe da Iniciação representaram 9,4% do total de alunos matriculados em todos os níveis de ensino a montante do ensino superior, o que é manifestamente insuficiente.

Todavia, verificou-se expansão da frequência na Classe de Iniciação, cuja taxa líquida de escolarização, em 2024/2025, foi 47,3%. A meta para 2027 é 58%

Neste gráfico de barras estão representadas as taxas líquidas de escolarização, por nível de ensino, do primário ao superior, sendo a azul o ensino primário, a laranja o I ciclo do ensino secundário, a cinzenta o II ciclo do ensino secundário e a amarela o ensino superior. (Figura 12)

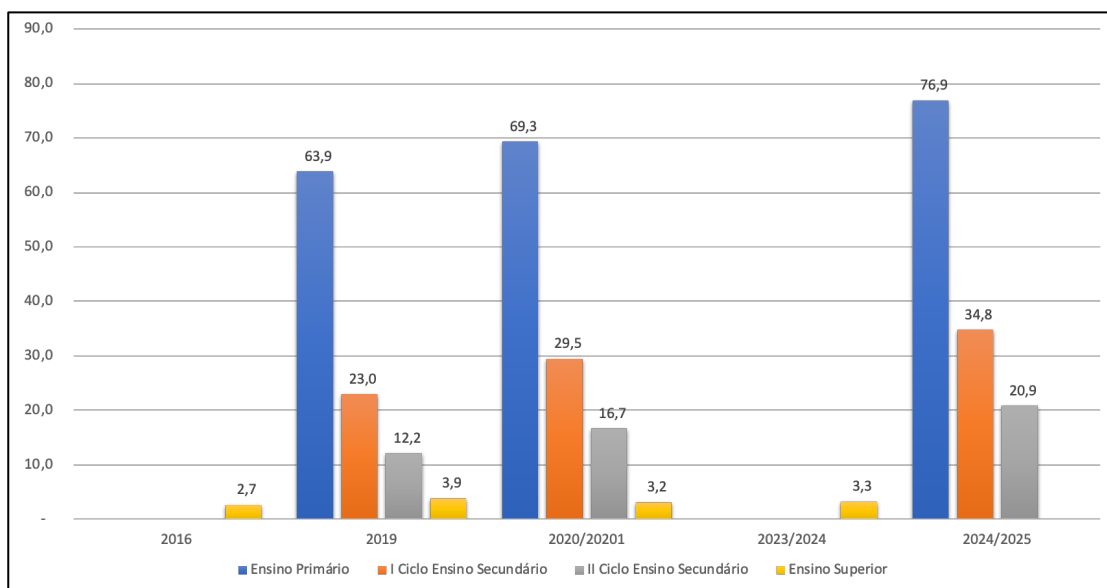


Figura 12. Taxas líquidas de escolarização, por nível de ensino, do primário ao superior.

Observamos que, de 2019 a 2024/2025, houve um aumento na frequência escolar nos níveis de ensino primário e secundário, (I e II Ciclos) o que não se verificou, de um modo considerável nesse período, no ensino superior, sendo necessário recuar a 2017 para se verificar algum efeito, embora pequeno, neste nível de ensino.

Esta muito menor frequência no ensino superior está em concordância, por um lado, com a importante redução que se verifica sucessivamente na frequência escolar nos níveis a montante (sempre superior a 50%) e, por outro lado, explica o facto de, em 2014, apenas 2,8% da população com 25-64 anos e 0,8% da população com 65 ou mais anos ter a escolaridade completa do ensino superior⁶.

Na figura abaixo, as barras representam o número de alunos do ensino secundário que frequentou disciplinas STEM, divididos por sexo: azul a das ciências da saúde, laranja a de agricultura, pescas e indústria alimentar e a cinzenta o ramo industrial não alimentar. (Figura 13)

Apresento o acumulado de alunos nessas disciplinas no período de 5 anos (2018-2022), com a distribuição por sexos em cada área e o total.

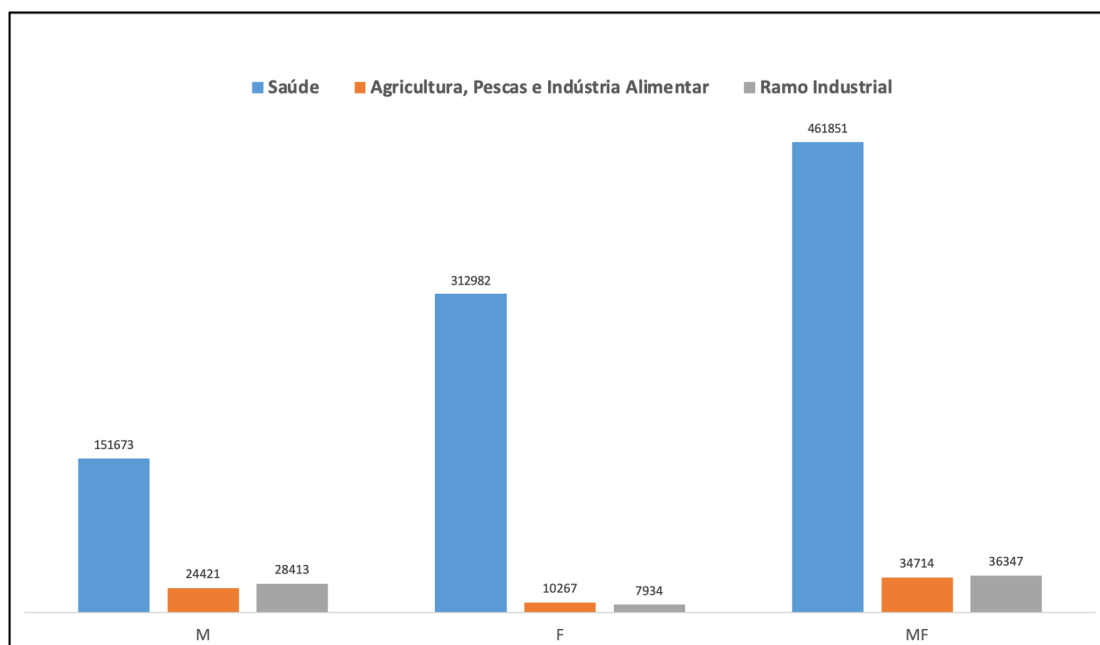


Figura 13. Frequência de alunos em disciplinas STEM no Ensino Secundário, de 2018 a 2022.

Constata-se que houve um número substancial de alunos nas disciplinas das ciências da saúde (predomínio do sexo feminino), em grande contraste com os de agricultura, pescas e indústria, que representam apenas 15,3% do total de alunos em todas as disciplinas (predomínio do sexo masculino), o que tem consequências no ensino a superior, como veremos de imediato.

⁶ Recenseamento Geral da População, 2014

No Subsistema de Ensino superior, a oferta formativa é não só insuficiente, mas também não está ajustada às necessidades apresentadas pelos sectores de desenvolvimento prioritário.

O gráfico de queijos abaixo mostra a distribuição percentual da oferta formativa de cursos de graduação em 2024, sendo evidente uma maior percentagem de cursos de domínios de formação excedentária, destacando-se nestes os das ciências sociais, que representam 40%. Todavia, merece destacar que neste gráfico, e propositadamente, os cursos de educação e formação (que também integram o domínio das ciências sociais) não estão incluídos neste domínio, tendo sido separados (17%), dada a importância da formação de professores, que será tema de um dos painéis desta magna Conferência Nacional. (Figura 14)

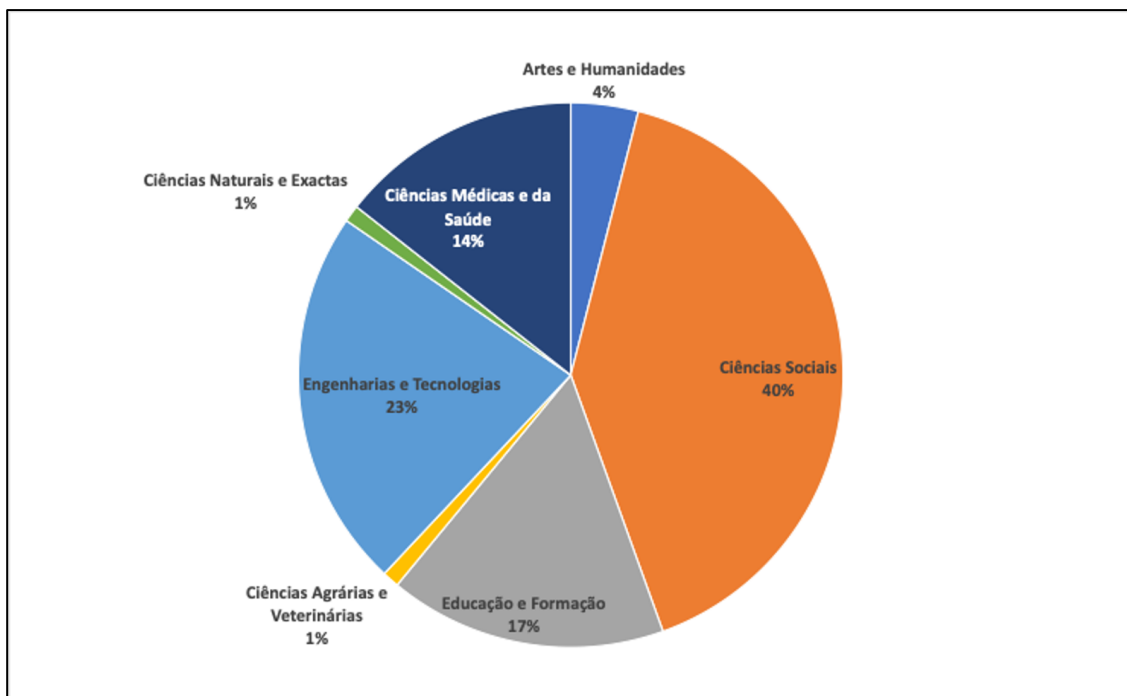


Figura 14. Distribuição percentual da oferta formativa STEM no ensino superior no ano académico 2023-2024.

Importa ressaltar que os 23% dos cursos nas engenharias e tecnologias se devem aos cursos excedentários de engenharia informática.

Os cursos dos domínios das ciências naturais e os das ciências veterinárias e agrárias têm percentagem exíguas (1% para cada), o que se explica pelo cenário que se verificou no ensino secundário. O domínio das artes e humanidades também é muito deficitário, com 4%.

Considerando os dados sobre taxas líquidas de escolarização (frequência escolar na idade adequada) e oferta formativa, facilmente se conclui sobre os dois grandes desafios que são: o aumento da frequência escolar e do nível de escolaridade, bem como o ajustamento da oferta formativa com as áreas estratégicas para o crescimento económico.

Entretanto, como a disponibilidade de recursos financeiros é crucial para superarmos esses desafios, verificamos que no último decénio, a despesa pública aprovada no Orçamento Geral do Estado com a educação e a saúde tem tido uma progressão linear, quando analisamos os valores em kwanzas⁷. (Figuras 15A e 15B).

Chamo a atenção que se trata apenas do valor aprovado, não estando, portanto, a ser apresentado o nível de execução da despesa aprovada.

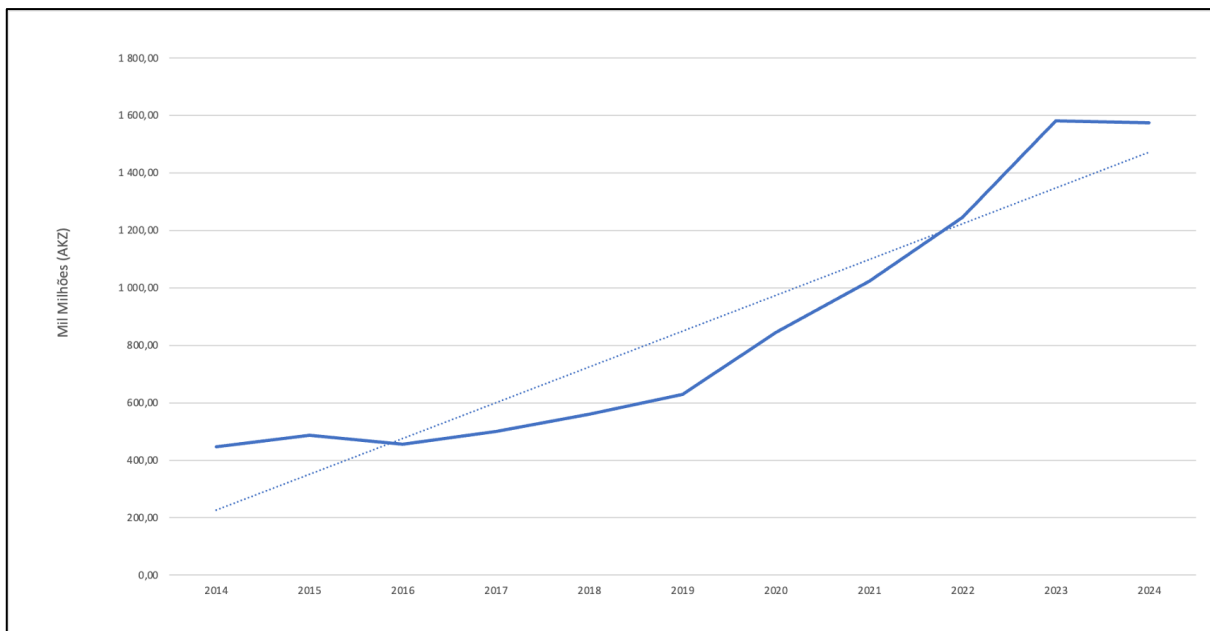


Figura 15A. Evolução da despesa pública aprovada em educação no Orçamento Geral de Estado de 2014 a 2024.

⁷ Relatórios Trimestrais de Execução do OGE – MINFIN; Ficheiro Resumo Geral da Dotação Orçamental por Função – Ministério das Finanças.

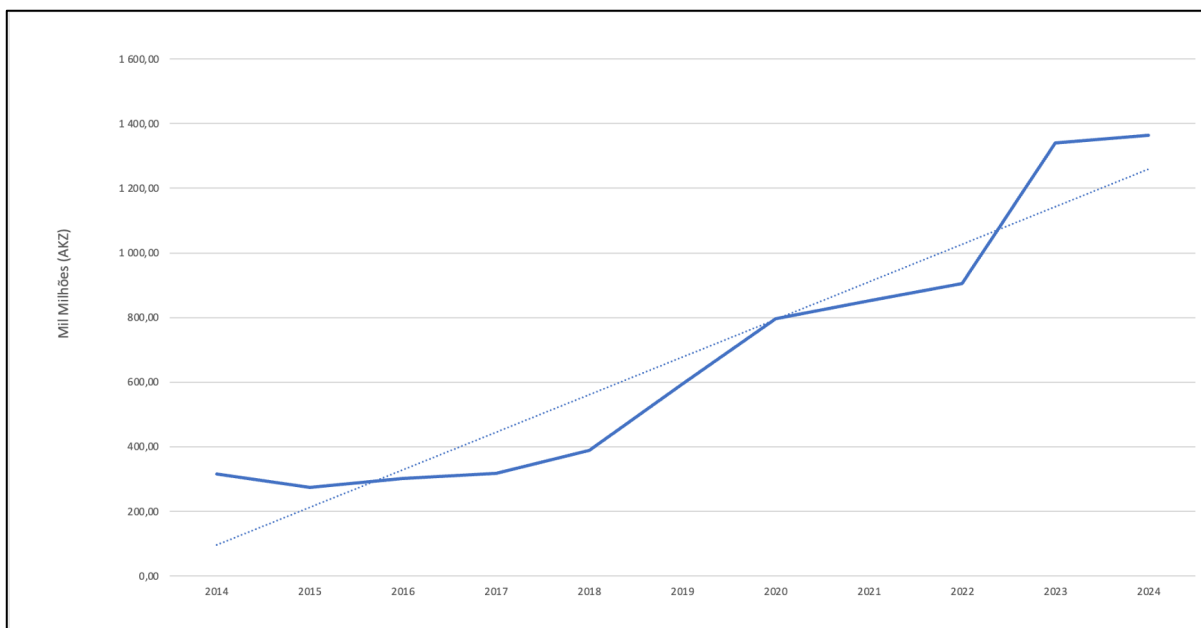


Figura 15B. Evolução da despesa pública aprovada em saúde no Orçamento Geral de Estado de 2014 a 2024.

Convertendo os valores para dólares americanos, verificou-se, sem surpresa, que houve um declínio progressivo na evolução das despesas em educação e saúde (figuras não apresentadas).

Note-se que, nesse mesmo período, a evolução da despesa aprovada para a educação, como percentagem do Orçamento Geral do Estado, não ultrapassou os 3,9%, muito abaixo dos 15% como mínimo recomendado. (Figura 16)

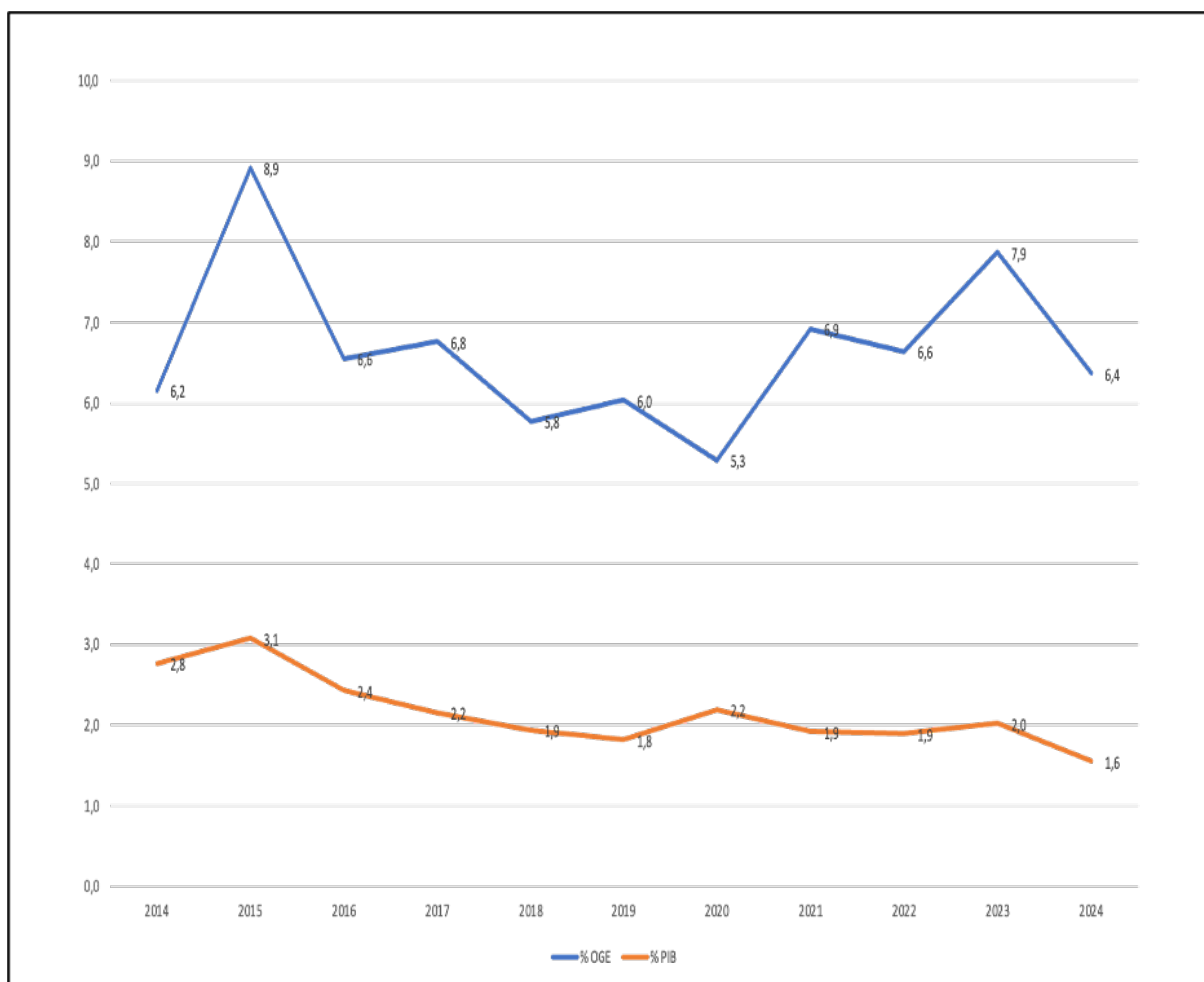


Figura 15. Evolução da despesa pública aprovada em educação como percentagem do Orçamento Geral do Estado e do Produto Interno Bruto, de 2014 a 2024.

Em 2021, a despesa aprovada com a educação, em termos de percentagem do PIB per capita, apenas representava 1,9%, o que, em termos comparativos com com a mediana do grupo de renda dava uma diferença de -1,8 e com a mediana da todas as economias uma diferença de -2,4. Nesse mesmo ano, 2021, a média de despesa dos governos em África com a educação, como percentagem do PIB foi 3,7, abaixo do mínimo recomendado que é 4%.

Temos aqui outro grande desafio!

Aspirações de Angola para o desenvolvimento do Capital Humano

A análise da despesa com a educação, auxilia-nos a entender onde estamos, para ficarmos cientes do esforço de investimento que o país terá de realizar nas próximas décadas para a melhoria do CH (cujo ICH em 2020 estava no percentil 25), em

consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037, a ser debatido ao longo desta Conferência, que prevê, dentre outros objectivos:

- i) Aumentar os níveis de escolarização e qualificação da nossa população com impacto na melhoria da posição do país, em termos de desenvolvimento humano e social;
- ii) Orientar o desenvolvimento e a expansão da oferta educativa e formativa que sustente o desenvolvimento de conhecimentos e competências necessários, segundo as reais prioridades e necessidades do mercado de trabalho;
- iii) Aumentar a disponibilidade de recursos humanos qualificados em áreas prioritárias.

O alcance destes objectivos será medido com a melhoria do índice de capital humano, preconizando-se, no Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037, para o efeito, que até 2037, Angola melhore a sua posição no conjunto dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e de Rendimento Médio, devendo situar-se, no mínimo, no percentil 45-55, para que possa atingir o percentil 60-70 nos anos seguintes a 2037.

Para cumprir estas metas do Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037, estima-se que, *“a preços constantes, a despesa pública com o sistema de ensino (pré-escolar, primário, secundário e superior de graduação) deva ser, em 2037, cerca de 80% superior à dotação orçamental de 2022, explicada pela combinação de três factores: aumento da população em idade de frequentar o ensino, maior abrangência do sistema de ensino, com aumento das Taxas Brutas de Escolarização, e aumentos do custo por aluno, moderados no caso do Ensino Primário e Secundário e maiores no Ensino Secundário Técnico-profissional e Superior de graduação. O aumento da despesa pública seria de 67% no ensino pré-escolar e ensino primário, 82% no ensino secundário, cerca de 300% no ESTP e 62% no Ensino Superior”*.

Esta meta está alinhada com uma visão estratégica de longo prazo, mas requer garantias de execução financeira, estabilidade macroeconómica e mecanismos de monitoramento para assegurar que o investimento se traduza em melhorias reais na qualidade e inclusão do nosso Sistema de Educação e Ensino.

Considerando a despesa aprovada com a educação em 2022, que esteve próxima dos três mil milhões de kwanzas, o gráfico abaixo mostra a projecção da evolução da despesa com a educação até 2027, para que esta alcance os 80% preconizados, ultrapassando os 5 mil milhões de kwanzas. (Figura 17)

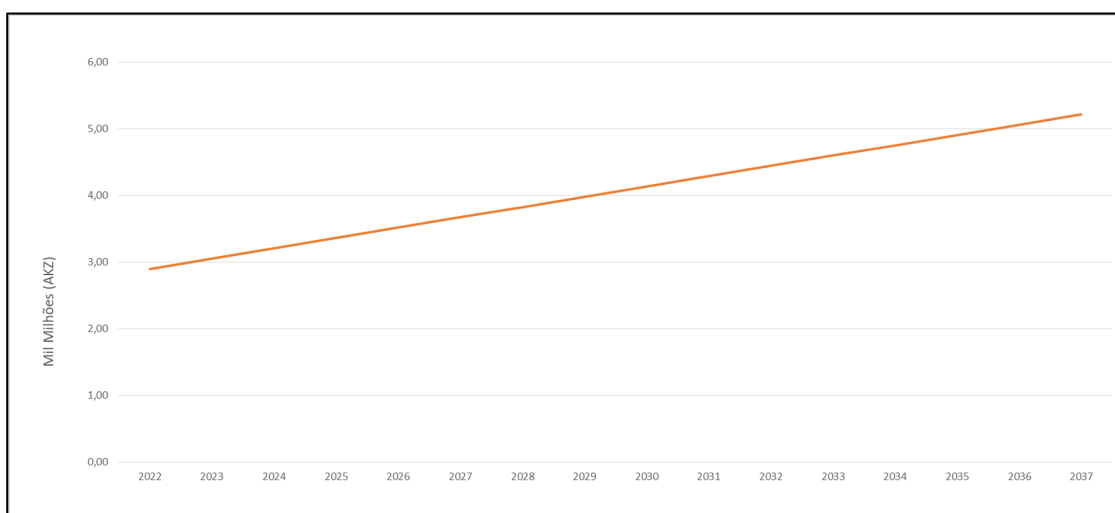


Figura 16. Projecção da despesa pública com a educação em Angola de 2022 a 2037.

A melhoria do CH em qualquer país requer um enquadramento adequado ao ambiente existente.

Os desafios que Angola enfrenta para a formação do CH desenvolvem-se num ambiente em que o processo de diversificação económica - que é crucial para o seu crescimento económico e desenvolvimento social - tem de ter em consideração, por um lado, uma vertente externa, em que dominam os efeitos da globalização e os avanços da tecnologia, pressupondo esta o suporte na ciência e, por outro lado, uma interna que demanda uma conjugação de esforços, para prover à maioria dos angolanos educação de qualidade (ODS 4) e acesso a cuidados de saúde (ODS 3) (ambos componentes do ICH) e, por via destes, melhorar o emprego e a produtividade (ODS 8) e contribuir para a erradicação da pobreza (ODS 1). (Figura 18)

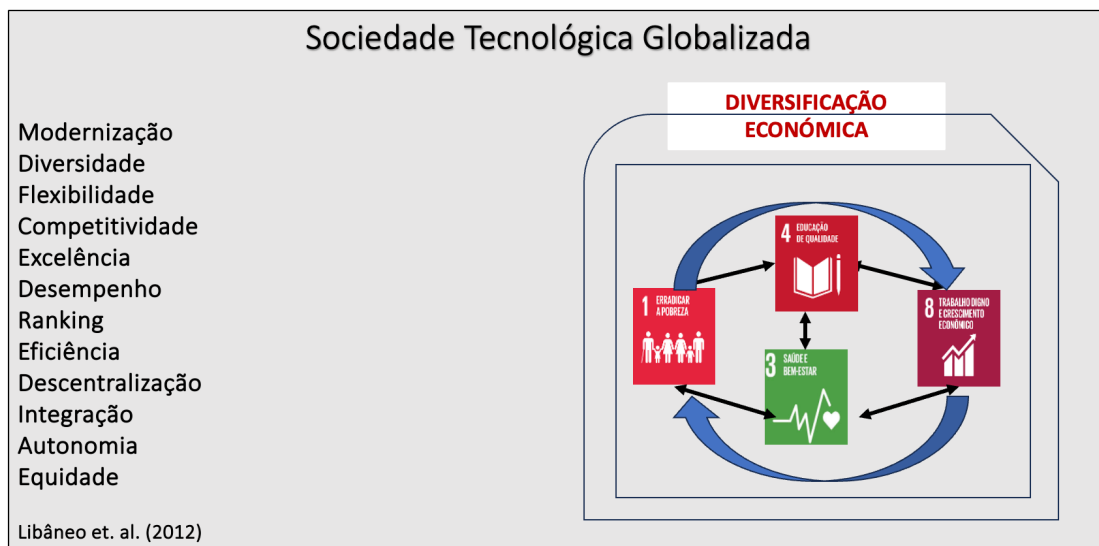


Figura 17. O ambiente e os desafios do capital humano em Angola.

Ainda na vertente interna, ao abordarmos o CH, não podemos, de modo algum, descurar o peso da economia informal no nosso país. (Figura 19)



Figura 18. A economia informal no ambiente interno dos desafios do capital humano em Angola.

De um modo geral, os empregos que a economia informal proporciona apenas requerem baixas qualificações, mas são essenciais para a vida das pessoas. Todavia, os trabalhadores pouco qualificados ficam aprisionados em empregos que oferecem oportunidades limitadas de desenvolvimento do CH, o que gera e alimenta, ainda mais, um ciclo de salários baixos e de fraca produtividade.

O processo de desenvolvimento do CH é complexo, requerendo uma integração eficaz entre a força de trabalho, a demanda do mercado, o sistema de educação e ensino e as necessidades da população. A interação entre esses elementos é fundamental para garantir que a educação não prepare apenas os indivíduos para o mercado de trabalho, mas que também contribua, de facto, para a prosperidade económica e o bem-estar social do país. (Figura 20).

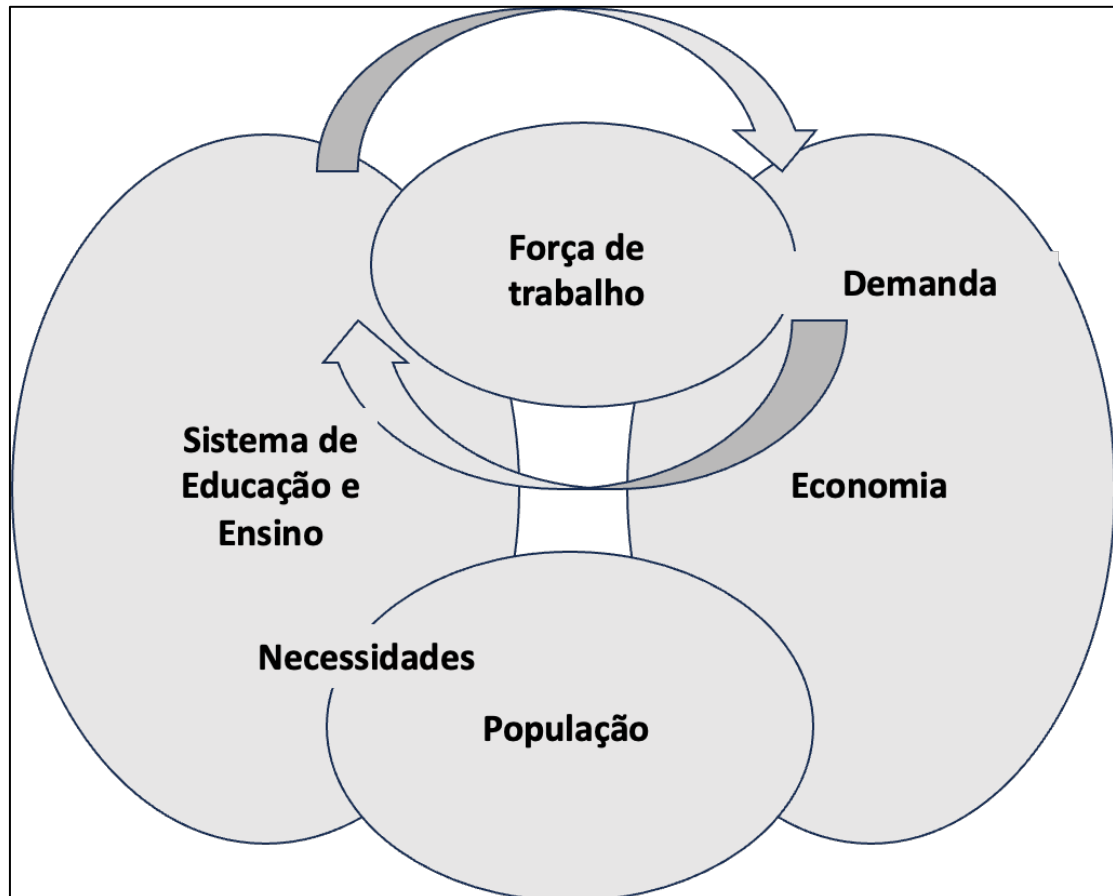


Figura 19. Diagrama ilustrativo sobre o processo de interação social no processo de desenvolvimento do capital humano.

Escalpelizando um pouco mais o diagrama anterior, proponho um outro diagrama que pretende evidenciar como o desenvolvimento do CH requer uma abordagem ainda mais integrada e uma visão mais abrangente, destacando a interconexão entre políticas educativas, mercado de trabalho e a formação de profissionais qualificados. (Figura 21)

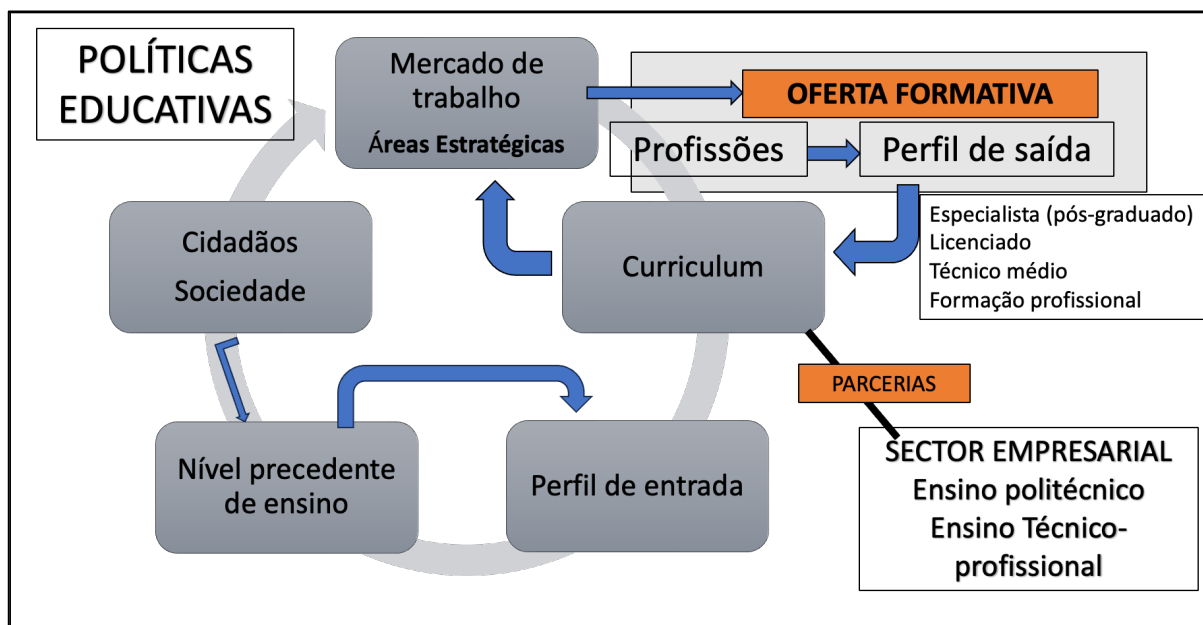


Figura 20. A interconexão entre políticas educativas, mercado de trabalho e a formação de profissionais qualificados no processo de desenvolvimento do capital humano.

As políticas educativas são, inequivocamente, o ponto de partida para o desenvolvimento do CH, definindo as directrizes e estratégias necessárias para a formação de cidadãos capacitados e preparados para o mercado de trabalho.

O currículo deve ser desenvolvido levando em consideração o perfil de saída requerido para os formados e, por sua vez, o perfil de entrada dos estudantes é influenciado pelo nível precedente de ensino. A adequação do currículo às exigências do mercado e às necessidades dos cidadãos é fundamental para formar profissionais competentes.

Ambiente favorável à formação do capital humano

Tendo em conta que a nova medida de CH criada pelo Banco Mundial (o ICH) se baseia, dentre outros, nos anos de escolaridade e nas taxas de retorno da educação, as políticas que influenciam a educação são importantes.

Alguns estudos analisaram as políticas educativas de vários países (sobretudo de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE) e evidenciaram, de forma empírica, as que mais impulsionam o CH ao nível nacional [13], nomeadamente:

1. Priorizar o investimento no desenvolvimento da primeira infância

- É, sem dúvida, das medidas que tem uma muito boa relação custo-benefício, aumentando o CH e reduzindo as pressões com os gastos.
- O aumento do número de crianças que frequentam o ensino pré-primário, de qualidade, melhora o CH, especialmente em países com uma percentagem acima da média de crianças desfavorecidas.
- O período que vai do nascimento até aproximadamente os 6 anos de idade é crucial para o desenvolvimento infantil. Este período é crítico para o desenvolvimento do cérebro que é estimulado pelo ambiente externo em que a criança vive.
- Como resultado, intervenções de alta qualidade durante os primeiros anos podem ter maiores retornos sobre o investimento do que intervenções correctivas destinadas a jovens adultos que não possuem as habilidades fundamentais necessárias.
- Exige que a despesa pública seja direccionada para a melhoria das intervenções de saúde e nutrição para mulheres e crianças pequenas, incentivando o envolvimento dos pais e da comunidade na promoção do desenvolvimento infantil e expandindo o acesso a programas pré-escolares de alta qualidade para todas as crianças.
- É fundamental o envolvimento das comunidades, incluindo líderes comunitários e religiosos, na criação de um ambiente saudável para as crianças pequenas.

2. Disponibilizar recursos pedagógicos adequados

- Um menor número de alunos por professor, qualificado, aumenta o CH, o que pode ser considerado uma medida aproximada da qualidade do ensino.
- A formação de professores e a garantia de qualidade no ensino serão temas a serem debatidos em painéis.

3. Proporcionar orientação vocacional às crianças

A orientação é feita com base na sua capacidade ou desempenho para diferentes percursos educativos que podem ser escolas técnico-profissionais e escolas secundárias.

4. Promover autonomia para as escolas e as universidades

- Confere a estas instituições de ensino mais liberdade para gerirem os seus recursos e, no caso das escolas, o efeito positivo é maior nos países em que a realização de exames centrais externos permite captar a responsabilidade imposta às escolas.
- Todavia, embora o aumento da autonomia escolar nos níveis primário e secundário melhore os resultados educacionais, não reduz as pressões com gastos.
- No ensino superior, mais autonomia universitária e menos barreiras ao financiamento para estudantes no ensino superior aumentam o CH e reduzem as pressões com os gastos.

Mensagens Finais

Para concluir, deixo algumas mensagens [8], almejando, tal como disse no início, que tenha conseguido apresentar esta Conferência como um bom aperitivo para as produtivas discussões que desejamos se desenrolem ao longo deste magno evento.

Assim, reforço o seguinte:

1. Temos de implementar estratégias relacionadas com o investimento eficaz de recursos

É imperioso aumentar a relação custo-benefício com os gastos públicos na educação e na saúde.

2. A abordagem do capital humano é multisectorial

As melhorias no CH não dependem exclusivamente das políticas do sector social. Muitas das estratégias concebidas para melhorar a formação de CH exigem a colaboração entre diferentes entidades governamentais (uma abordagem «governamental global»), o sector privado, as comunidades e as famílias.

3. **É crucial o alinhamento dos interesses sociais e políticos**
 - O investimento eficaz em CH requer um alinhamento da vontade política, preferencialmente sob a forma de um pacto de regime, e dos múltiplos interesses da sociedade
 - Frequentemente, a polarização ideológica e os interesses especiais arraigados impedem os países de promulgarem reformas que certos grupos acreditam que reduziriam o seu poder ou a sua capacidade para obter benefícios.
4. **As mudanças de normas têm de corresponder a mudanças de comportamentos**
 - As normas têm de ser actualizadas, mas também têm de ser eficientes, porque, de outro modo, podem inibir as reformas necessárias para acelerar o desenvolvimento do CH
 - No entanto, não basta aprovar normas; estas devem ser aplicadas e avaliadas, após um período consequente de implementação, e os comportamentos positivos devem ser incentivados.

Não me alongando mais, agradeço a vossa atenção!

Bibliografia

1. Edeji, O. C. (2024). Neo-liberalism, human capital theory and the right to education: Economic interpretation of the purpose of education. *Social Sciences & Humanities*. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2023.100734>
2. Schultz, T. W. (1961). Investment in Human Capital. *The American Economic Review*, 51(1), 1-17.
3. Becker, G. S. (1993). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. University of Chicago Press.
4. Efendi, S. (2020). The Role of Human Capital in the Education Sector in Efforts to Create Reliable Organizational Human Resources. *International Journal of Science and Society*, Volume 2, Issue 1.
5. Pereira, M. S., Cardoso, A., El Sherbiny, N. M., da Silva, A. F. C., Figueiredo, J., & Oliveira, I. (2025). Exploring the Dimensions of Academic Human Capital: Insights into Enhancing Higher Education Environments in Egypt. *Social Sciences*, 14(2), 72. <https://doi.org/10.3390/socsci14020072>.
6. World Bank. 2019. *World Development Report 2019: The Changing Nature of Work*. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1328-3.

7. African Union. (2015). Agenda 2063: The Africa We Want. Disponível em: <https://au.int/en/agenda2063/overview>
8. Igor Kheyfets, I et all. (2020). Fostering Human Capital in the Gulf Cooperation Council Countries, World Bank Publications - Books, The World Bank Group, number 33946, April.
9. World Bank. 2019. World Development Report 2019: The Changing Nature of Work. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1328-3.
10. World Bank. 2021. The Human Capital Index 2020 Update: Human Capital in the Time of COVID-19. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1552-2.
11. Human Capital Country Brief Angola Region: Sub-Saharan Africa Income Category: Lower Middle Income. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/64e578cbeaa522631f08f0cafba8960e-0140062023/related/HCI-AM23-AGO.pdf>
12. INE, MINSA e ICF. 2024. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde de Angola, 2023–2024: Relatório de Indicadores Básicos. Luanda, Angola. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638818795475855073.pdf
13. Égert, B., J. Botev and D. Turner. (2019). “Policy drivers of human capital in the OECD’s quantification of structural reforms”, *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1576, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b8fe3b7b-en>.